

**INFORMAMOS QUE ESTA É UMA PRIMEIRA VERSÃO DO TEXTO  
APROVADO PARA PUBLICAÇÃO. ESTE ARTIGO AINDA PASSARÁ PELA  
FASE DE REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO.**

**ID: 3323**

**DOI:** <https://doi.org/10.30962/ecomps.3323>

**Recebido em: 24/12/2025**

**Aceito em: 14/09/2026**

## **Presságios do pós-desenvolvimento e do Bem Viver e possíveis intersecções com a comunicação popular**

**Cicilia Maria Krohling Peruzzo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O texto discute o desenvolvimento capitalista na linha da modernização e a proposta do Bem Viver como alternativa de estruturação das sociedades. O objetivo é identificar aspectos centrais dos conceitos de pós-desenvolvimento na linha do Bem Viver e observar como a comunicação é concebida no seu interior no intuito de discutir as intersecções entre tal proposição e os conceitos de Comunicação Popular desenvolvidos no contexto dos movimentos populares. A pesquisa bibliográfica narrativa caracteriza-se como o suporte metodológico empregado. Conclui-se que a visão teórica da comunicação no Bem Viver a enxerga convergente à práxis da comunicação no contexto dos movimentos sociais na América Latina.

**Palavras-chave:** Desenvolvimentismo. Pós-desenvolvimento. Bem Viver. Comunicação Popular. Comunicação no Bem Viver.

## **Omens of Post-Development and Good Living (Buen Vivir) and Possible Intersections with Popular Communication**

**Abstract:** This text discusses capitalist development in the context of modernization and the proposal of Good Living as an alternative for structuring societies. The objective is to identify central aspects of post-development concepts within the framework of Good Living, and to observe how communication is conceived within it, in order to discuss the intersections between this proposition and the concepts of Popular Communication developed in the context of popular movements. Narrative bibliographic research is the methodological support employed. It concludes that the theoretical vision of communication in Buen Vivir sees it as convergent with the praxis of communication in the context of social movements in Latin America.

**Keywords:** Developmentalism; Post-development. Good Living. Popular Communication. Communication in Good Living.

## **Presagios del posdesarrollo y el Buen Vivir y posibles intersecciones con la comunicación popular**

**Resumen:** Este texto analiza el desarrollo capitalista en el contexto de la modernización y la propuesta del Buen Vivir como alternativa para la estructuración de las sociedades. El objetivo es identificar aspectos centrales de los conceptos de posdesarrollo en el marco del Buen Vivir y observar cómo se concibe la comunicación en él, para discutir las intersecciones entre esta propuesta y los conceptos de Comunicación Popular desarrollados en el contexto de los movimientos populares. La investigación bibliográfica narrativa constituye el soporte metodológico empleado. Se concluye que la visión teórica de la comunicación en el Buen Vivir la considera convergente con la praxis de la comunicación en el contexto de los movimientos sociales en América Latina.

Palabras clave: Desarrollismo. Postdesarrollo. Buen vivir. Comunicación Popular. Comunicación en el Buen Vivir.

## **Introdução**

Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla que investiga as intersecções entre a práxis da comunicação no contexto dos movimentos sociais e comunidades e as propostas de mudança nos padrões de desenvolvimento predominantes nas sociedades capitalistas visando um pós-desenvolvimento. O objetivo é sistematizar os principais conceitos do pós-desenvolvimento no entendimento do Bem Viver e observar como a comunicação é concebida em seu interior no intuito de discutir as intersecções entre tal proposição e os conceitos de Comunicação Popular desenvolvidos no contexto dos movimentos populares. A abordagem é teórica ancorada em pesquisa bibliográfica narrativa (Andrade, 2021; Rother, 2007), portanto, de caráter reflexivo e com flexibilidade de busca, privilegiando obras seminais sobre os temas teóricos que fundamentam o estudo.

A problemática da pesquisa leva em conta que, apesar de haver predominância da concepção de desenvolvimento capitalista, voltada à modernização das sociedades ao redor do mundo, e que se repercute como progresso e crescimento econômico, implementado amplamente no Ocidente e difundido pelos grandes meios de comunicação e plataformas digitais ao disseminarem conteúdos de vasto alcance na formação das visões culturais de sociedade, crescem as proposições de um “pós-desenvolvimento”, tanto em nível teórico quanto

de práticas sociais. No contexto desse debate, cabe perguntar: por que falar de pós-desenvolvimento? Como a comunicação é inserida nesse debate?

Para entender as proposições acerca de um “pós-desenvolvimento”, cabe situar as condições que marcam a concepção de desenvolvimento predominante em vigor, já que é este que inspira o debate sobre as necessidades de mudança.

A hipótese é de que a comunicação concebida na cosmovisão do Bem Viver possui intersecções com as proposições conceituais da Comunicação Popular, constituída no contexto dos movimentos sociais e comunidades em nível de América Latina, pois enxerga-se em ambas, uma práxis com o “DNA” da transformação, mas também se buscam suas especificidades. A partir dessa hipótese, a abordagem é original ao enfatizar como vem sendo abordados os conceitos de comunicação no Bem Viver a partir da própria base epistêmica dessa concepção de sociedade.

### **Por que falar de pós-desenvolvimento?**

As concepções que regem o modo de produção capitalista e as suas consequências, evidenciadas no conjunto das sociedades, têm sido objeto de inúmeras análises ao redor do mundo. O modo de produção capitalista é marcado pelo antropocentrismo, a visão de mundo que enxerga “o ser humano separado da natureza e acima dela [...], [portanto] considera que a natureza pode ser explorada e transformada em benefício humano” (Solón, 2019a, p. 15), além de não reconhecer outras formas de vida na Mãe Terra. Sistema esse que se move a partir das engrenagens do produtivismo e do extrativismo para satisfazer a ganância e o consumismo desmensurados, como se as riquezas naturais fossem infinitas e o planeta fosse capaz de eterna resiliência.

Embora o produtivismo e o extrativismo não sejam fenômenos só do capitalismo, pois “sobreviveram inclusive em economias que queriam superar o capitalismo” (Solón, 2019a, p. 15), estes têm seu apogeu com as revoluções industrial e tecnológica, não só pela extração e

consumo de riquezas minerais, mas pela geração de lixo eletrônico (Lemos, 2021) de forma crescente.

Segundo Acosta (2016, p. 34), “o crescimento material sem fim poderia culminar no suicídio coletivo”. Como esclarece Solón (2019a, p. 14), a “superação, o hiperconsumo e o desperdício são os motores desse sistema que exige crescimento infinito de um planeta finito. O aumento da desigualdade e a destruição dos ciclos vitais da natureza são seu legado”.

A magnitude das contradições, paulatinamente percebidas pela ciência, motiva o surgimento de proposições sobre outros modos de estruturação das sociedades porque se reconhecem os problemas existentes no capitalismo e decorrentes dele, e a necessidade de transformações em favor da continuidade e da qualidade de vida no planeta. Esse olhar crítico não é recente, surge no início da segunda metade do século passado, com a crítica à “formulação da concepção da Teoria da Modernização” (Santos, s.d.; Baran, [1957] 1984; Furtado, 1973), alicerçada nas ideias de progresso, visto como crescimento e implementado nas nações capitalistas centrais, tomadas como “modelo” a ser seguido pelos demais países para se alcançar o prometido “desenvolvimento”. Diante das consequências desastrosas (pobreza, desigualdades, destruição dos ecossistemas ambientais, financeiros, econômicos de base e sociais) desse desenvolvimento ao redor do mundo, principalmente, para as nações então vistas como “subdesenvolvidas”, hoje nomeadas como sendo do sul global, embora ele seja triunfante para os países ricos centrais, crescem as críticas e as buscas de soluções.

Nesse cenário de contradições, formulou-se inclusive a chamada Teoria da Dependência (Baran, [1957] 1984; Santos, s.d; Furtado, 1973; Cardoso, Falleto, 1978), que desnudava as entranhas do capitalismo transnacional, mais tarde globalizado, e com aumento do seu impacto no crescimento acelerado.

Celso Furtado (1973, p. 8), por exemplo, demonstrou ser o chamado “subdesenvolvimento”, termo em voga na época, uma criação do desenvolvimento devido às condições de dependência instituídas, ao afirmar que o mesmo subdesenvolvimento é:

consequência do impacto, em um grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se havia inserido na revolução industrial na fase inicial desta,

ou seja, até fins do século passado [sec. XIX]. As relações que se estabelecem entre esses dois tipos de sociedade envolvem formas de dependência que tendem a autoperpetuar-se. Essa dependência apoiou-se, inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para os centros dominantes as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico; em fase subsequente ela teve como ponto de apoio principal o controle, por grupos integrados nas economias dominantes, daquelas atividades produtivas, instaladas nas economias dependentes, em que mais significativa é a assimilação dos novos procedimentos técnicos.

Ao longo do tempo, pulsaram muitos debates, conceitos, teorias, documentos e acordos multilaterais apontando rumos que deveriam tomar as instituições e as políticas públicas para fazer frente às contradições que a concepção desenvolvimentista tem gerado. Cúpulas mundiais, Conferências internacionais e documentos importantes foram processados, a exemplo daqueles gerados no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUE); Fórum Social Mundial (FSM), da Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio 92 ou ECO 92 –; da Conferência Global dos Povos sobre Mudança Climática, entre tantos outros eventos, que seguiram nesse percurso até as mais recentes realizações, como a 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (ONU) (COP29)<sup>1</sup>, realizada em Baku, no Azerbaijão, entre 11 e 22 de novembro de 2024 e a Cúpula da Amazônia<sup>2</sup>, realizada de 8 a 9 agosto de 2023, em Belém-PA, no Brasil. Em 2025, aconteceu a COP30 também em Belém-PA. Uma das questões de fundo desses eventos passa pelas mudanças climáticas que se evidenciam da perda da biodiversidade e nas catástrofes ambientais que afligem o mundo e também na consequente busca de alternativas.

Os resultados dessa busca de soluções engendrados nesses tipos iniciativas, em geral, têm sido muito aquém das demandas societárias e dos desafios colocados pelas realidades regionais e global. Mesmo assim, são necessárias porque visam encontrar caminhos efetivos para o enfrentamento dos problemas, como da crise climática. Por exemplo, as Conferências

---

<sup>1</sup> Ver mais sobre a conferência em: <https://www.un.org/en/climatechange/cop29>

<sup>2</sup> Mais informações em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/ao-vivo/cupula-da-amazonia-lideres-de-paises-amazonicos-se-reunem-hoje-em-belem.ghtml>.

das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, terminaram sem os avanços esperados para se lidar com as perdas e danos decorrentes das mudanças climáticas, no que se refere a consensos sobre medidas concretas para a redução das emissões para manter a temperatura abaixo de 1,5°C<sup>3</sup>. Esse tipo de crítica acontece desde o fim da ECO-92 e se vem se repetindo, a exemplo do que aconteceu na realização, em nível regional latino da Cúpula da Amazônia<sup>4</sup>, que discutiu medidas para recuperação, conservação e proteção das Florestas para evitar se chegar ao “ponto de não retorno da Amazônia”, o que a transformaria numa savana<sup>5</sup>.

Desse modo, observa-se que as consequências do tipo de desenvolvimento econômico engendrado pelo capitalismo vêm sendo discutidas há bastante tempo, no interior das quais surgem propostas *alternativas* da situação, entre elas, a do desenvolvimento sustentável que ganhou mais destaque em documentos famosos, entre eles, o Informe Brundtland<sup>6</sup>. Este Informe, fruto da Convenção da Desertificação, Nosso Futuro Comum, elaborado pela Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (CMDMA), aprovado pela Assembleia das Nações Unidas, em 1987, diz:

o desenvolvimento sustentável procura atender as necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas vinculados à pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento na qual os países em desenvolvimento desempenhem um papel importante e obtenham grandes benefícios (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 43-44).

Como se pode observar, o desenvolvimento sustentável, ao apontar a necessidade de mudanças nos padrões do desenvolvimentismo capitalista baseado no extrativismo e na expropriação que acaba gerando estruturas destrutivas progressivas dos ecossistemas e comprometendo as condições necessárias à vida no planeta Terra, este apregoa novos comportamentos, mas continua defendendo o crescimento. Em outros termos, o

<sup>3</sup> A WRI Brasil explica essas incongruências: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/cop27-principais-resultados-e-perspectivas-para-2023#:~:text=A%20COP27%2C%20realizada%20em%20Sharm,danos%20decorrentes%20das%20mudan%C3%A7as%20clim%C3%A1ticas>.

<sup>4</sup> A Cúpula da Amazônia foi realizada entre 8 e 9 de agosto de 2023, em Belém-PA, reuniu presidentes e ministros do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Ver: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/08/09/cupula-da-amazonia-termina-com-criticas-sobre-falta-de-aco-es-concretas.ghtml> 6

<sup>5</sup> Mais informações em: <https://g1.globo.com/globonews/cidades-e-solucoes/noticia/2023/08/08/amazonia-pode-atingir-ponto-de-nao-retorno-em-2029-entenda-o-que-isso-quer-dizer.ghtml>.

<sup>6</sup> Título do Informe: *Our Common Future*. A edição brasileira (*Nosso futuro comum*) foi publicada em 1991 pela Fundação Getúlio Vargas.

desenvolvimento sustentável, apesar de significar um grito pela sustentabilidade em favor do planeta e das gerações futuras, acaba defendendo o próprio modelo de crescimento econômico causador de tantos problemas à humanidade.

Enfim, apesar de as problemáticas da destruição ambiental, das desigualdades, da pobreza, das mudanças climáticas e da sustentabilidade etc. serem pesquisadas, debatidas, documentadas e ganharem orientações políticas, a cada evento e em cada documento extraído das cúpulas internacionais, na prática, o mundo não avançou nas soluções. Pelo contrário, o que existe é o acirramento das contradições a ponto de a situação atual ser caracterizada como de emergência climática global e de perigo de acirramento de catástrofes, que aliás, já acontecem em diferentes regiões do mundo<sup>7</sup>, em todos os ecossistemas e de abalo ou descontinuidade das formas de vida no planeta.

Nas palavras de Krenak (2020, p. 72), já estamos vivendo “o desastre de nosso tempo”, que para alguns é o antropoceno, mas que a “grande maioria está chamando de caos social, desgoverno geral, perda de qualidade no cotidiano, nas relações, e estamos todos jogados nesse abismo”, nos avizinando do fim do mundo. Contudo, entende-se tratar-se de uma expressão forte para provocar a reflexão e não cabe ser usada para desesperançar. “Nós vamos ter que nos reeducar para viver um tempo de mitigação de danos, e os danos incluem o corpo da terra e nós mesmos, que somos capilaridade desse organismo” (Krenak, 2025, p. 18).

Nesse cenário controverso, conceitos e teorias vêm alimentando os debates sobre alternativas a este tipo de desenvolvimento. Propostas reformistas foram sendo elaboradas, passando por denominações como a de desenvolvimento sustentável, como já foi dito, de “desenvolvimento humano, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento social, alternativo, comunitário, autônomos...” (Chaparro, 2012, p. 35), ou ainda de ecodesenvolvimento, desenvolvimento durável, (Cimadevilla, 2004, p. 121), inclusive, com proposições claras para o “desenvolvimento alternativo” (Friedmann, 1992),

---

<sup>7</sup> Por exemplo, a tragédia no Rio de Grande do Sul, em 2024, que matou duas centenas de pessoas e deixou bairros totalmente destruídos... Ver: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/alagamentos-destruicao-e-183-mortes-relembre-a-tragedia-das-chuvas-no-rs-que-marcou-2024/>.

“desenvolvimento como liberdade” (Sen, [1999] 2002), multiplicidade/outro desenvolvimento - desenvolvimento participativo (Servaes, 2004), desenvolvimento comunitário (Fragoso, 2005), desenvolvimento local (Dowbor, 2007), e assim por diante. Apesar de importantes para se melhorar ou ajustar as condições de desenvolvimento, todas essas proposições são circunscritas à ideia tradicional de desenvolvimento para o progresso.

As proposições reformistas são inspiradoras de debates, controversas e servem à formulação de políticas empresariais e públicas, além de alimentarem práticas exitosas desenvolvidas em distintas realidades. Porém, na prática, persistem as grandes contradições e incongruências, tanto no nível de nações quanto dos continentes e globalmente, como atestam as desigualdades, a pobreza, a violência, o problema climático, e assim por diante, justamente em um ambiente em que surgem também propostas mais radicais de mudança. Esse processo (Solón, 2019a, p. 14) foi desencadeado por um conjunto de fatores, principalmente, “pela busca incessante de lucros do sistema capitalista às custas do planeta e da humanidade. Sistema que está causando a extinção de espécies, a perda da biodiversidade, a degradação do ser humano e o esgotamento dos limites da natureza”.

Então, a resposta à pergunta sobre por que falar de pós-desenvolvimento está, em primeiro lugar, no esgotamento do desenvolvimentismo que tem sido próspero para aqueles países e setores que usufruem de suas benesses em detrimento do planeta e da maioria dos povos. De forma mais contundente, “o ‘desenvolvimento’ está morto, e não terminou seu velório, mas já nos encontramos reclamando um outro desenvolvimento” (Gudynas, 2009, p. 32). Mas, essa morte anunciada, entende-se como de difícil concretização, pois o capitalismo sempre se recompõe de suas crises – e se reinventa – como mostra a apropriação do conhecimento no universo digital pelo capital no contexto do capitalismo informacional e do capitalismo de vigilância. Segundo, porque os antagonismos e as contradições da realidade atual demandam a tomada de providências concretas ou não haverá futuro sustentável para a humanidade, tanto diante dos problemas decorrentes das desigualdades que afetam a própria existência de grandes contingentes populacionais quanto em relação aos ecossistemas ecológico e social.

Frente a esse enredado de contradições surgem inovações conceituais propositivas de soluções que rompem com os enquadramentos desse desenvolvimento e que ressaltam a premência de transformações profundas, em geral, tomadas como pós-coloniais, decoloniais ou pós-desenvolvimentistas.

### **Principais pressupostos do Pós-desenvolvimento e do Bem Viver**

Em conformidade com as análises precedentes, avalia-se que o conceito de “desenvolvimento” vem sendo questionado há décadas e que propostas de mudanças são discutidas, que além de revelarem contestação ao tipo de desenvolvimento que se tornou dominante mundo afora, vislumbram transformações em bases estruturais. Entre tais propostas, está a de pós-desenvolvimento, que teria despontado nos anos 1980. Conforme afirmam Kothari; Salleh; Escobar; Demaria; Acosta (2021), no livro *Pluriverso*, essa seria uma resposta à “ideia de ‘desenvolvimento como progresso’ [eurocêntrico e linear que] precisa ser desconstruída para abrir caminho às alternativas culturais que nutrem e respeitam a vida na Terra”.

Concepções teóricas de um pós-desenvolvimento e novas iniciativas que vão se constituindo na prática escapam dos padrões do desenvolvimentismo e suas formas de produção, reprodução e reconfigurações, pois, de certo modo, definem uma ruptura com os paradigmas da economia capitalista e todo o aparato de estruturas, simbologias e imaginários. Em outras palavras, no interior do pós-desenvolvimento, nega-se a concepção de desenvolvimento tomada como “modelo” ideal, predominante nas sociedades consumistas ocidentais e que se pretende seja seguida por todas as nações.

O pós-desenvolvimento questiona todas as teorias do desenvolvimento por terem como meta universal o próprio “desenvolvimento” em sua acepção ocidental (Silva, 2011), ou seja, de crescimento e progresso crescentes, questionando-o e propondo sua superação e a constituição de novas formas de organização civilizatória mais holísticas e plurais (Kothari *et al.*, 2021; Acosta, 2016; Escobar, 2007; Krenak, 2020), centradas no direito dos povos à

felicidade, ao bem viver<sup>8</sup>, na valorização dos saberes e valores ancestrais e na harmonia com a natureza, entre outros aspectos. Pós-desenvolvimento significa: adotar atitude hospitaleira diante da pluralidade do mundo (Esteve, 2009).

O pós-desenvolvimento, na perspectiva do Bem Viver, significa, em última instância, a negação do antropocentrismo, concepção baseada na extração dos recursos para satisfazer as ambições humanas e do capital que se atrela ao patriarcalismo, e assume a defesa do biocentrismo, ou seja, um modo de vida centrado na concepção de que a vida deve estar em harmonia com a natureza em sua totalidade. Processo esse que instiga a constituição de uma realidade de respeito a todos os ecossistemas (Solón, 2019b; Krenak, 2020, 2022; Kopenawa, Albert, 2015; Andrés, Chaparro, 2022), seres vivos e corpos inertes, pois todos têm vida e dão vida ao planeta e Mãe Terra (Pacha Mama). Em menção a Thomas Berry, Solón (2019b, p. 21) acrescenta que ao ser incorporado em nível constitucional, no Equador e na Bolívia, o Bem Viver impulsionou a complementariedade com outras visões, como a “jurisprudência da Terra” acarretando novas propostas, como “os direitos da Mãe Terra<sup>9</sup> e os direitos da natureza, originalmente não contemplados pelo Bem Viver”.

Então, se a questão é perseguir o pós-desenvolvimento, quais seriam os caminhos para “o dia depois do desenvolvimento”? (Silva, 2011). Os desafios são de ordem econômica, financeira, política, social, jurídica, cultural, ambiental e comunicacional. Segundo Gudynas (2009, p. 32): a) Não existem receitas. Os caminhos são múltiplos, já que é necessário respeitar a pluralidade de valores e culturas, suas diferenças ambientais; b) Esses novos olhares não podem anular as diferenças culturais; c) Os aspectos ambientais devem ser necessariamente incorporados; d) É necessária regulação do mercado reconhecendo que há mais de um tipo de mercado; e) O Estado “deve estar sujeito à regulação social”.

A questão do pós-desenvolvimento vem sendo exposta de modos um tanto distintos, que podem ser caracterizados como de posicionamento decolonial – ou descolonial – expressões ultimamente incorporadas ao linguajar acadêmico, mas que na essência, acompanham a crítica

---

<sup>8</sup> Como se pode observar, a expressão Bem Viver carrega um caráter político e ideológico distinto daquele entendido por “viver bem” no seio das sociedades regidas pelo modo de produção capitalista, ligado ao bem-estar, consumo abundante e ao hedonismo. 10

<sup>9</sup> Solón (2019c, p. 145) esclarece que o termo faz parecer uma proposta normativa-jurídica, mas que vai muito além de constituir um novo marco legal que contemple a natureza, pois o “objetivo final é construir uma sociedade que compreende o humano e a natureza como um todo”.

ao imperialismo e às formas de exploração instituídas, pelo menos, desde meados do século passado, além de serem visões incorporadas nas práticas ancestrais dos povos.

Em suma, da busca por um “outro desenvolvimento” se caminha para propostas mais radicais, no sentido de transformações desde as raízes dos problemas, propostas que visam superar o modo de desenvolvimento tal como é concebido e praticado, devido às consequências perversas ao processo civilizatório. Nessa perspectiva, algumas correntes de pensamento vão se constituindo. Uma delas, denominada de “pós-desenvolvimento” (Escobar, 2007, 2009; Esteva, 2009, Silva, 2011; Gudynas, 2009; Kothary *et al.*, 2021) ou do Bem Viver (Acosta, 2011, 2016; Schavelzon, 2015; Ehlers Zurita, 2016; Contreras B., 2014; Solón, 2019b), principalmente discutida na América Latina e Caribe. Mas, existem outras correntes que também travam debates conceituais apontando para a necessidade de mudanças, seja numa perspectiva reformista ou mais radical, como as que defendem novas configurações que persigam um “decrescimento” do norte global (Latouche, 2006, 2012; Azam, 2019, Acosta, 2016), o “desenvolvimento sem crescimento” (Luque; Silber; Vidal-Luna; Zagha, 2020; Kallis, Giorgos; Paulson; D’Alisa; Demaríá, 2020), ou o “des-desenvolvimento”, “pós-crescimento”, “pós-extrativismo”, “desglobalização” (Luque; Silber; Vidal-Luna; Zagha, 2020; Acosta, 2016; Solón, 2019d) cujos debates estão mais presentes em outros continentes.

No conjunto, tanto o pós-desenvolvimento quanto as propostas acima mencionadas refletem posições reveladoras do inconformismo com a real situação do planeta, tanto diante dos antagonismos na vida prática e dos conceitos neoliberais predominantes quanto em razão das demandas societárias cívicas. Por sua vez, o Bem Viver traz um tipo de entendimento que remete a visões de mundo de culturas ancestrais comunais e biocêntricas.

A expressão Bem Viver e as variações, tais como Viver Bem e Bem (con)Viver foram cunhadas, a partir de 1998, uma vez desencadeadas por um artigo do filósofo Euclides Mance, de título “A revolução das Redes”, síntese de um livro publicado no ano seguinte, com o mesmo

título<sup>10</sup> e que defende a economia solidária como alternativa ao capitalismo competitivo. De lá para cá, o termo foi ganhando representatividade e se difundindo, tanto entre intelectuais, pesquisadores, movimentos de cunho social, político e popular, na América Latina, quanto nas práticas de movimentos populares. A expressão *Buen Vivir* foi adotada pela Constituição do Equador (2008) e *Vivir Bien* pela da Bolívia (2009). Em 2010, foram assimiladas como elemento base de uma nova agenda internacional pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre (RS).

Como explica Alberto Acosta (2011, p. 44), em resumo, o *Buen Vivir* traz novas bases, com a proposta de

outro modo de vida, com uma série de direitos e garantias sociais, econômicas e ambientais. Isto também é refletido em princípios que se caracterizam pela promoção de uma relação harmoniosa entre os seres humanos, individual e coletivamente, e destes com a natureza. Com o *Buen Vivir*, pretende-se buscar opções de vida digna e sustentável, que não representem a reedição caricaturizada do estilo de vida ocidental e menos ainda a sustentação de estruturas marcadas por uma enorme desigualdade social e ambiental. Enquanto, por outro lado, há que se incorporar critérios de suficiência em vez de sustentar a lógica da eficiência entendida como a acumulação material cada vez mais acelerada.

De origem ancestral, o sentido da expressão Bem Viver está presente em diferentes tradições, práticas e culturas do mundo. Corresponde a cosmovisões comunais e de harmonia com a natureza, por exemplo, desde as raízes Africanas, Andinas, Mayas, Amazônicas e de outros povos originários que alimentam sentimentos e relações de respeito com a natureza em todas as suas formas de vida. São sentimentos expressos no *Abya Yala* do povo Kuna, que significa terra viva, terra em florescimento ou no Ubuntu africano, que carrega o sentimento de mutualidade entre os seres, igualmente de espírito comunal.

Na América Latina, a origem etimológica da expressão Bem Viver advém dos sentidos das culturas andinas do *Sumak*<sup>11</sup> e *Kawsay*<sup>12</sup> (povos Kechwas do Equador), *Sumaj Qamaña*

<sup>10</sup> “A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual”, editado pela Editora Vozes, em 1999.

<sup>11</sup> “Formoso, belo, precioso”.

<sup>12</sup> “Vida”.

(povo Aymara da Bolívia e do Equador) que significam vida plena, vida harmoniosa, boa vida, qualidade de vida, bem-estar, bem viver. O *Sumaj Qamaña* significa bem conviver em Teko Porã, Teko Kavi, Ñande Reko (dos guaranis do Paraguai, Bolívia, Argentina e Brasil) (Ehlers Zurita, 2014; Acosta, 2016; Solón, 2019b; Contreras B., 2014).

A tradução é de difícil precisão, mas originalmente, as expressões se relacionam à “ideia de vida em equilíbrio e harmonia” (Ehlers Zurita, 2014, p. 24). Sentidos semelhantes também estão em *ekil kuxlejal* (povos tzeltales – México), no *Balu Wala* (povo Kuna – Panamá e Colômbia), no *Küme Mongen* (dos Mapuche) (Acosta, 2016; Solón, 2019b; Ehlers Zurita, 2014), no africano *Ubuntu*<sup>13</sup> (Clifford, 2004; Chasi, 2023; Tufte, 2023; Andres, Chaparro, 2022), e no *nosotros*, dos Tojolabales-Maya (Lenkersdorf, 2008), entre outros que carregam o sentipensar *Abya Yala*.

Nesse movimento teórico e prático, o conceito de Bem Viver, além de ter sido canalizado em linguagem política, por exemplo, nos países que o assumem em suas cartas constitucionais, e haver distância entre discurso e práticas (Escobar, 2009), tem passado por certa ocidentalização. A “filosofia ocidental reduz o *sumaj qamaña* ao antropocentrismo (centralidade do ser humano no universo), mas em uma lógica que prevalece o quantificável, a contradição e a racionalização” (Schavelzon, 2015, p. 208). No Brasil, pesquisa realizada por Cunha e Sousa (2023, 2025) revela que na literatura nacional a expressão Bem Viver é usada em duas tendências principais, uma segue a perspectiva originária dos povos andinos do *sumaq kawsay*, mas refere-se características e estilos de vida de povos indígenas de distintas etnias. A outra, tende à descaracterização do conceito considerando o uso deslocado para debates em torno de movimentos políticos e aproximações a temas como qualidade de vida associada ao bem comum, saúde popular, educação popular, comunicação, decrescimento e ecossocioeconomia.

Em suma, desde suas origens ancestrais e modos de sentipensar (Contreras B., 2014; Maldonado, 2024), o Bem Viver alimenta perspectivas do comum – do Commons e do biocentrismo, pois o comunitarismo e todas as formas de vida importam. As teorizações, um

---

<sup>13</sup> “Eu sou porque nós somos”.

tanto recentes e que seguem em elaboração, apontam para elementos constitutivos decoloniais que buscam (re)conciliar o pensamento ancestral com a busca de alternativas para transformações profundas diante da atual situação contraditória das sociedades contemporâneas.

Os postulados advogam o direito de imaginar novos mundos (Acosta, 2016), como os constituídos pelo pós-extrativismo e pelo pós-capitalismo, com Estado plurinacional, autodeterminação e superação de crises sistêmicas, de modo a gerar alternativas também sistêmicas (Solón, 2019a) em favor da convivência na multipolaridade, na diferença e no equilíbrio.

O Bem Viver, como conceito plural e de práticas em construção, comporta diversidade de posturas no seu interior, inclusive simplórias, mas possui elementos unificadores, tais como “a contestação ao desenvolvimento e ao progresso ou a exigência de outra relação com a natureza” (Acosta, 2016). Nesse ínterim, o mundo está prenhe de experiências transformadoras (Kothari *et al.*, 2021; Peruzzo, 2025) que comprovam a existência de práticas alternativas de vida em coletividade e a práxis de processos de outro-desenvolvimento em curso, quicá de pós-desenvolvimento. Os caminhos e as paradas estão sendo constituídos, em meio a lutas, desvios, retrocessos e avanços. Contudo, como diz Acosta (2016, p. 155), essas “lutas não se esgotam na luta de classes. Há que enfrentar as sociedades patriarcais, as sociedades racistas e as sociedades com enormes conflitos intergeracionais (...)”.

Nesse cenário, várias lutas que acontecem em distintas partes do mundo, tais como aquelas no seio do ecofeminismo, da economia solidária, da soberania alimentar, do bem viver, do decrescimento, ecologismo, cultura da paz, comunicação comunitária, antirracismo, bioeconomia etc. fazem parte de um movimento societário por uma nova cidadania, uma cidadania amplificada que concebe os direitos não só dos humanos e outros seres vivos, mas de todos os seres constituintes da Mãe Terra e do planeta.

O debate teórico sobre pós-desenvolvimento e do Bem Viver soa um tanto utópico, embora se entenda utopia na perspectiva freireana, no sentido de uma possibilidade, como sinônimo de esperança (Freire, 1976, 1997), mas do verbo esperar e não esperar. Ao

contrário de esperar, esperarçar significa agir para efetivar as conquistas. “Não há esperança na pura espera. [...] A desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo. [...] enquanto necessidade histórica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (Freire, 1997, p. 5). Portanto, esperança remete ao sonho, assim como a um ato político e com conotação histórico-social que remete à utopia.

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica em denúncia e anúncio. [...] A nova experiência do sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (Freire, 1997, p. 47).

Em consonância com essa perspectiva, vale lembrar o caráter utópico do pós-desenvolvimento e do Bem Viver e de outras cosmovisões de mundo convergentes que também podem contribuir para reposicionar as esquerdas (Leite, 2019) diante do enfraquecimento da crítica sistêmica e do embaralhamento ideológico sofrido.

Valorizar horizontes utópicos de outras formas sociais não é irrealismo ou expressão de impotência política. É resgatar bússolas – hoje ausentes – indispensáveis para direcionar e estimular lutas antigas e novas colocadas para a esquerda. É desenhar perspectivas estratégicas que ultrapassem o imediatismo, o taticismo, o economicismo e o pragmatismo de um suposto ‘realismo político’ (Leite, 2019, p. 10-11).

### **Aspectos da comunicação no Bem Viver e intersecções com a comunicação dos movimentos sociais**

Os movimentos sociais e organizações congêneres estão entre os atores cívicos que se esforçam em constituir processos que, ao mesmo tempo em que se adequam às conjunturas políticas, também buscam romper as bordas estruturais dos sistemas institucionais, uma vez que estão em busca de transformações concretas no modo de existência, a partir de lutas pela participação na definição de políticas públicas e conquista de direitos. O rompimento das bordas institucionalizadas tradicionais se concretiza na práxis que ajuda na passagem de uma situação de desorganização e submissão – de pensar com a cabeça dos outros (Freire, 1981) – para outra

proativa, transformadora de realidades. Trata-se de um desborde popular (Mari Sáez, 2018) dos limites institucionais estabelecidos que necessariamente passa pela Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa<sup>14</sup> em suas distintas manifestações.

A comunicação faz parte desses processos ao entrecruzar-se à práxis dos movimentos sociais e comunidades, pois a comunicabilidade é intrínseca às dinâmicas coletivas, as quais dão sinais de que algo novo se desenvolve, apesar de antagonismos e conflitos que não deixam de existir. Essa Comunicação Popular é comunicação constituída no contexto das organizações comunitárias e movimentos sociais, concebida e praticada como facilitadora da conscientização, mobilização, organização e participação cidadã nas lutas contra a injustiça e com vistas à conquista de direitos e transformação da realidade opressiva em benefício dos grupos minorizados.

A Comunicação Popular se distingue por um giro decolonial porque: a) Desenvolve dimensões epistemológicas e teóricas desde a criação de sentidos característicos de uma Comunicação Popular, típica da América Latina, embora também possa existir em outros continentes; b) Fundamenta-se epistemologicamente em visão humanística, progressista transformadora, na autonomia, na comunicação participativa e dialógica e na educação para a cidadania (Peruzzo, 2024, 2025); c) Percebe-se como um modo de comunicação que exerce o direito de comunicar; d) Alimenta-se na natureza participativa do fazer comunicacional comunitarista; e) Compartilha de ideais construtores de subjetividades incorporadoras das noções de cidadania, respeito às diferenças e a todas as formas de diversidade, ao mesmo tempo em que incide em realidades com iniciativas coletivistas e agroecológicas visando a transformação social.

Nessa perspectiva, essa Comunicação Popular e Comunitária dá sinais de convergências com as proposições do Bem Viver, em nível de América Latina, como se observa a partir da

---

<sup>14</sup> A expressão é usada como macro categoria para significar o conjunto de formas e meios de comunicação populares, que também pode ser sintetizada em Comunicação Popular, da qual no processo histórico derivam algumas especificidades comunicacionais (em especial no tocante ao alternativo e ao independente), segundo o contexto e as práticas sociais em questão (Peruzzo, 2024).

abordagem de Contreras (2016). Para o autor (2016, p. 60-61), a comunicologia latino-americana-caribenha desenvolve uma nova cosmovisão, que é gestada no seio dos povos e das organizações e movimentos sociais em sua cotidianidade comunitária em busca de sua inclusão em um mundo que esperam mais equitativo. Contreras (2016) se refere à Comunicação Popular horizontal e participativa, ora já fazendo parte da história, em realidades diversas na América Latina, e também à perspectiva das mediações na interdiscursividade cultural, e a concebe como comunicação coerente com as epistemologias do *Buen Vivir/Vivir Bien*, que reivindicam a transcendência da participação cidadã, questionam o desenvolvimento capitalista e geram propostas de alteração das relações colonizadoras e competitivas. Para ele, trata-se de uma comunicação que carrega sempre dois sentidos: a) inclusivo/dialogal; b) outro vinculante: obrigação de comunicarmos na prática social para chegar ao entendimento.

Em síntese, Contreras (2016, p. 91), considera que a “comunicação para o Bem Viver / Viver Bem é a expressão contemporânea da Comunicação Popular e a expressão mais pragmática das construções comunicacionais das epistemologias do sul”. Nesse caso, parece haver apenas uma atualização de linguagem ou mais um modo de caracterizar a já reconhecida e legitimada Comunicação Popular. Mas, essa questão da similaridade não está de todo resolvida, pois, por um lado, depende da concepção de Bem Viver e de Comunicação Popular em questão, já que não são uníssonas – nem todas suas formas de expressões na prática têm o caráter contestador ao capitalismo tal como apregoa o pós-desenvolvimento. Por outro lado, na concepção originária do Bem Viver pressupõe-se que a comunicação corresponda a seus princípios epistêmicos e ético-políticos mais específicos. Acrescenta-se ainda o aspecto de que esses fenômenos são processos em construção que necessitam de efetivação em práticas sócio-históricas para se poder compreender as interseccionalidades entre essas perspectivas conceituais.

Entende-se que, na perspectiva conceitual originária há que se pensar a comunicação e o Bem Viver no âmbito do Sumak Kawsay, Teko Porã e congêneres, tomando-os “como um paradigma e um modo de vida – de viver – enraizados nas cosmologias andinas [e de outros povos ancestrais] e na relação harmônica e integral entre os seres e a natureza, da qual os

humanos fazemos parte” (Walsh, 2016, p.47). Portanto, para fazer jus a esse paradigma em construção, a comunicação também passaria por um giro decolonial e não reprodutivista dos mecanismos do capitalismo, do patriarcalismo e em suma, do antropoceno. Essa decolonialidade já foi reivindicada por Freire (1981), entre outros pensadores latinos, na proposição de uma educação humanizadora em favor da conscientização e liberação dos padrões de manipulação entranhados na doxa e nas estruturas da sociedade.

Talvez seja nessa perspectiva que para Andrés e Chaparro (2022, p.16), comunicar implica em disseminar, mais do que difundir, “semear ideias, transmitir conhecimento, semear razões, emoções e palavras, escutar e transformar”. Para tanto, nossa sociedade necessita

uma teoria humanista de comunicação, ética, feminista, decolonial, ecologista, socialmente justa, do bem comum, mas também que reconecte o ser humano com os ecossistemas, com seu sentir eco dependente, talvez uma teoria da humaturidade: do humano como indissociável da natureza [...] (Andrés; Chaparro, 2022, p. 17).

Nesse sentido, apontam-se vínculos da comunicação com os princípios do pós-desenvolvimento e do Bem Viver. Ao mesmo tempo em que é possível perceber convergências entre a práxis da Comunicação Popular e Comunitária na América Latina, aquela protagonizada pelos segmentos subalternizados organizados em seus processos de mobilização para ampliar seus direitos de cidadania, e os conceitos da comunicação no Bem Viver, não são generalizações conclusivas nessa fase de sua constituição. Afinal, os conceitos são inspirados em práticas sociais, assim como as práticas sociais tendem incorporar conceitos. Os caminhos percorridos são múltiplos, numa pluralidade de visões, práticas, culturas, conjunturas e estruturas econômicas, sociais, culturais, políticas, jurídicas e comunicacionais que demandam olhares enraizados nas distintas realidades.

Dadas as metamorfoses implícitas nas configurações de novo processo civilizatório, a comunicação no Bem Viver também é vista em suas dimensões educativa e conscientizadora para uma nova civilização. Tomando o Bem Viver como um paradigma que tem em vista uma nova ordem política-epistemológica-institucional-ética emergente, a “comunicação e a educação relevantes seriam concebidas para a vida, e não para o ‘desenvolvimento’ [...] O

desenvolvimento como meta universal seria substituído por um ‘bem viver’, o viver bem, o ser feliz” (Silva, 2011, p. 7-8).

### **Considerações finais**

Para entender os movimentos societários, como os apontados neste texto, há de se reconhecer que desde que existe a rebeldia diante de configurações civilizatórias destrutivas do bem comum em dado momento histórico, pensadores e atores coletivos cívicos se mobilizam em prol de mudanças. Pensar o “pós-desenvolvimento” é negar os padrões do desenvolvimentismo que fizeram o planeta chegar à situação de perigo em que se encontra. A busca de soluções provoca a geração de novos conhecimentos como aqueles expressos no pós-desenvolvimento e no Bem Viver que se projetam como alternativa ao modelo capitalista hegemônico de desenvolvimento.

O resgate da cosmologia do Bem Viver inspira o (re)pensar das políticas públicas e as estratégias de intervenção no mundo valorizando os saberes ancestrais. Como tal, também ajuda a (re)pensar a práxis da Comunicação Popular e vislumbrar em que perspectivas ela pode avançar em qualidade, quantidade e potência transformadora num mundo plural. Não se trata de um universo uníssimo, mas de um pluriverso, que não está livre de antagonismos e conflitos. A diversidade é uma marca característica desses processos societários e das dinâmicas comunicacionais dos próprios movimentos sociais e comunidades.

Contudo, em parte, a literatura sobre comunicação no Bem Viver a enxerga convergente à práxis da comunicação no contexto dos movimentos sociais na América Latina, o que até o momento dá elementos favoráveis à hipótese sobre essa confluência. Entretanto, como processos em curso há que se distinguir entre os deslocamentos da ideia central do Bem Viver espelhados em práticas contemporâneas de lutas por ampliação dos direitos de cidadania e aquelas constituídas no interior de iniciativas que correspondem às proposições teóricas originárias do Bem Viver.

## Referências

ACOSTA, Alberto. El buen (con)vivir, una utopía por (re)construir. Alcances de la Constitución de Montecristi. **Obets: Revista de Ciencias Sociales**. Universidad de Alicante, 6, n. 1, p. 35-67, 2011.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: Uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

ANDRADE, Mário C. R. O papel das revisões de literatura na produção e síntese do conhecimento científico em Psicologia. Belo Horizonte, **Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 14, n. spe, p. 1-5, dez. 2021. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202021000300001](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300001) Acesso em: 20 mar. 2026.

ANDRÈS DEL CAMPO, Susana de; CHAPARRO Escudero, Manoel. **Comunicación radical**: Despatriarcalizar, decolonizar e ecologizar la cultura mediática. Madrid: Gedisa, 2022.

AZAM, Geneviève. Decrecimento. In: SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas**: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra. São Paulo: Elefante, 2019. p. 65-83.

BARAN, Paul A. **A economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, [1957] 1984.

BOLÍVA. **Constitución Política del Estado**. La Paz, Bolivia: 2007. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion\\_Bolivia.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf) Acesso em: 13 abr. 2025.

CARDOSO, F.H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CHASI, C. **Ubuntu for Warriors**. Trenton, New Jersey: Africa World Press, 2021.

CHAPARRO, Manuel C. Viejos y nuevos paradigmas. In: MELO, José M.; GONÇALVES, E.; BIZELLI, J. L. (Orgs.). **Comunicação para o desenvolvimento**: pensamento e ação. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 19-41.

CIMADEVILLA, G. **Crítica a la razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sustentable**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

CLIFFORD, G.C. Ubuntu and communitarism in media ethic. **Ecquid Novi: South African Journal for Journalism Research**, v. 25, n. 2, p. 235-256, 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Mark-Deuze/publication/250231226\\_Journalism\\_studies\\_beyond\\_media\\_On\\_ideology\\_and\\_identity/links/5465cfc0cf25b85d17d6420/Journalism-studies-beyond-media-On-ideology-and-identity.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Mark-Deuze/publication/250231226_Journalism_studies_beyond_media_On_ideology_and_identity/links/5465cfc0cf25b85d17d6420/Journalism-studies-beyond-media-On-ideology-and-identity.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

CONTRERAS B., Adalid. Aruskipasipxañanakasakipunnirakispawa. In: SIERRA, C. F.; MALDONADO R. C. (Org.) **Comunicación, decolonialidad y buen vivir**. Quito: Ciespal, 2016. p. 59-93.

CONTRERAS B., Adalid. **Sentipensamientos**: De la comunicación-desarrollo a la comunicación para el buen vivir. Quito: UASB/ Editorial Tierra, 2014.

CONTRERAS B., Adalid. Taypiliminal. La interculturalidad en la comunicación para el vivir bien / buen vivir. In: PERUZZO, C.; PORTUGAL, R.; GUEVARA, C. (Org.). **Comunicação e poder político**: perspectivas em debate. São Paulo: Assibercom/Editores Associados, 2024. p. 22-35. Disponível em: [https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/wp-content/uploads/2024/12/Livro\\_IBERCOM\\_2023\\_REVISADO\\_final.final-compactado.pdf](https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/wp-content/uploads/2024/12/Livro_IBERCOM_2023_REVISADO_final.final-compactado.pdf). Acesso em 15 fev. 2025.

CUNHA, Eduardo V.; SOUSA, W. José. O bem viver no Brasil: uma análise da produção acadêmica nacional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 321-332, maio/ago. 2023.

CUNHA, Eduardo V.; SOUSA, W. José. Bem Viver e gestão social: em busca de um diálogo descolonial no campo dos estudos organizacionais. **Revista Organizações e Sociedade**, v. 32, n. 111, p. 1-28, 2025.

DOWBOR, L. **Democracia econômica**: um passeio pelas teorias. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

ECUADOR. Asamblea Nacional. **Constitución de la República del Ecuador – versión en Español**. Quito: 2008. Disponível em: [https://www.asambleanacional.gob.ec/es/noticia/constitucion\\_de\\_la\\_republica\\_del\\_ecuador\\_version\\_en\\_espanol](https://www.asambleanacional.gob.ec/es/noticia/constitucion_de_la_republica_del_ecuador_version_en_espanol). Acesso em: 13 abr. 2025.

EHLERS ZURITA, F. Construyendo la sociedad del buen vivir. In: SIERRA C. F.; MALDONADO R., C. (Org.) **Comunicación, decolonialidad y buen vivir**. Quito: Ciespal, 2016.

ESCOBAR, Arturo. Post-development as a concept and social practice. *In*: ZIAI, Aram (Ed.). **Exploring Post-Development: Theory and practice, problems and perspectives**. Londres: Routledge, 2007. p. 18-31.

ESCOBAR, Arturo. Una minga para el postdesarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, ALAI, ano XXXIII, II época, n. 445, p. 26-30, jun. 2009.

ESTEVA, G. Más allá del desarrollo: una buena vida. **América Latina en Movimiento**, Quito, ALAI, ano XXXIII, II época, jun. 2009.

FRAGOSO, Antonio. Desenvolvimento participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, Universidade do Minho, v. 18, n. 1, p. 23-51, 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra [1992] 1997.

FRIEDMAN, J. **Empowerment: the politics of alternative development**. Cambridge: Blackwell, 1992.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GUDYNAS, E. El día después del Desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, ALAI, ano XXXIII, II época, jun. 2009.

KALLIS, G.; PAULSON, S.; D'ALISA, G.; DEMARÍA, F. **The case for degrowth**. Cambridge: Polity Press, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. (Org.). **Pluriverso**. Um dicionário do pós-desenvolvimento. Tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. Ponto de Mutação. **Revista E**. Sesc São Paulo, 2025, ano 31, v. 8, p. 16-22. (Entrevista a Maria Julia Lledó).

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Coimbra: Edições 70, 2012.

LATOUCHE, Serge. **La apuesta por el decrecimiento**. ¿Cómo salir del imaginario dominante? Barcelona: Icaria, 2006.

LEITE, José C. Prefácio à edição brasileira. In: SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas**. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. p. 7-11.

LE MOS, André. Dataficação da vida. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 193-202, 2021. DOI: 10.15448/1984-7289.2021.2.39638. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/39638>. Acesso em: 27 nov. 2024.

LENKERSDORF, Carlos. **Los hombres verdaderos**. Voces y testimonios tojolabales. 5.ed. Mexico DF: Siglo XXI, 2008.

LUQUE, C.; SILBER, S.; VIDAL-LUNA, F.; ZAGHA, R. Desenvolvimento sem crescimento. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 jun. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/desenvolvimento-sem-crescimento.ghml>. Acesso em: 13 ago. 2023.

MALDONADO G., Alberto Efendy. Processos suscitadores para o fortalecimento da investigação crítica em comunicação na América Latina: transmetodologia, cidadania científica/educacional, sujeitas(os) em sentipensamento caminhante. In: PERUZZO, C.; PORTUGAL, R.; GUEVARA, C. (Org.). **Comunicação e poder político: perspectivas em debate**. São Paulo: Assibercom/Editores Associados, 2024. p. 186-218. Disponível em: [https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/wp-content/uploads/2024/12/Livro\\_IBERCOM\\_2023\\_REVISADO\\_final.final-compactado.pdf](https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/wp-content/uploads/2024/12/Livro_IBERCOM_2023_REVISADO_final.final-compactado.pdf). Acesso em: 15 fev. 2025.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**: a colaboração voluntária como uma alternativa pós-capitalista à globalização. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARI SÁEZ, Victor M. Sobre el concepto de *desborde* aplicado a las practicas contemporáneas de comunicación social transformadora. In: MARI SÁEZ, V. M.; CEBALLOS Castro, G. (Org.). **Desbordes comunicativos**. Comunicación, ciudadanía y transformación social. Madrid: Fragua, 2018. p. 9-27.

NOSSO FUTURO COMUM. **Relatório Brundtland**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

PERUZZO, Cicilia M. K. Matrices epistemológicas da comunicação popular. In: URANGA, W.; MELÉNDEZ-LABRADOR, S. (Eds.). **Reivindicar el cambio**: comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina. Buenos Aires: Huvaiti / ALAIC, 2022. p. 21-39. Disponível em: <https://www.alaic.org/es/>. Acesso em: 1 jul. 2023.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Fundamentos Teóricos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa**. Vitória: EDUFES, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/ser-ver/api/core/bitstreams/3400f8b7-1354-421b-b1da-8e75a459b740/content>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2025. Disponível em: <https://editorasulina.com.br/biblioteca-digital-det.php?id=833>. Acesso em: 6 jun. 2025.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, p. 2, p.v-vi, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/appe/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SCHAVELZON, S. **Plurinacionalidad y vivir bien / buen vivir**. Quito: ABYA-YALA / CLACSO, 2015.

SANTOS, Theotônio dos. A Teoria da Dependência: um balanço histórico e teórico. **REGGEN / A rede**, [s.l.: s.d]. Disponível em: [www.reggen.org.br/midia/documentos](http://www.reggen.org.br/midia/documentos). Acesso em: 2 jul. 2012. (Versão em espanhol: La teoria de la dependencia: balance y perspectivas. México: Plaza y James, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 2. reimp. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia Brasileira de Letras / Instituto Ayrton Senna, [1999] 2002.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista Comunicação Midiática**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Bauru, UESP, ano 1, n. 1-2, p. 17-53, dez. 2004.

SILVA, José de S. **Hacia el ‘dia después del desarrollo’**. Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), 2011.

SODRÉ, Maiara T.; HESPANHOL, Rosangela A.de M. Limites do pós-desenvolvimento na crítica ao desenvolvimento. **Mercator**, Fortaleza, v. 21, ed. 21001, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/bZ7gJd5TYKSv8sd4kHxjDvn/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 12 ago. 2023.

SOLÓN, Pablo. Introdução. In: SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra**. São Paulo: Elefante, 2019a. p. 13-17.

SOLÓN, Pablo. Bem viver. In: SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra**. São Paulo: Elefante, 2019b. p. 19-63.

SOLÓN, Pablo. Direitos da mãe terra. In: SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra**. São Paulo: Elefante, 2019c. p. 145-173.

SOLÓN, Pablo. Desglobalização. In: SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra**. São Paulo: Elefante, 2019d. p. 175-194.

SOLÓN, Pablo. Complementariedades. In: SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra**. São Paulo: Elefante, 2019e. p. 197-215.

TORRICO V., Erick. **Hacia la comunicación decolonial**. Sucre: Universidad Andina Simón Bolívar, 2016.

TUFTE, Thomas. Comunicação libertadora desafios à ciência da comunicação na era pós-pandemia. In: PERUZZO, C., RIBEIRO, V.; LIMA, H. (Coord). **Comunicação, identidades e diálogo na cidade mediatizada**. Porto: CITCEM Porto, 2023. p. 75-85. Disponível em: <https://www.cecs.uminho.pt/assibercom/wp->

[content/uploads/2024/03/Ibercom2022revisto\\_ebook.Final\\_.Final\\_.compressed.pdf](content/uploads/2024/03/Ibercom2022revisto_ebook.Final_.Final_.compressed.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

WALSH, Catherine. ¿Comunicación, decolonización y buen vivir? Notas para enredar, preguntar, sembrar y caminar. *In*: SIERRA, C. F.; MALDONADO, R. C. (Org.) **Comunicación, decolonialidad y buen vivir**. Quito: Ciespal, 2016. p. 39-57.

### **Dados de Autoria**

**Cicilia M. Krohling Peruzzo**

E-mail: [kperuzzo@uol.com.br](mailto:kperuzzo@uol.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6384-8848>

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Minibiografia: Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo. Professora visitante colaboradora dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordena o Núcleo de Estudos sobre Comunicação Comunitária e Local (Comuni). Pesquisadora de Produtividade em Pesquisa – CNPq.

### **Dados do artigo**

**Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese:**

O artigo é resultado parcial da pesquisa “Visões de comunicação popular e comunitária no pensamento decolonial e do Bem Viver na América Latina. Possíveis convergências com a práxis de movimentos sociais”, desenvolvida com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

**Fontes de financiamento:**

Financiada pelo CNPq, Chamada CNPq Nº 09/2023 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Bolsas de Produtividade em Pesquisa Sênior, processo número 309155/2023-1.

**Apresentação anterior:**

Resumo ampliado deste artigo foi apresentado no 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-Minas – 4 a 8/9/2023.

**Agradecimentos/Contribuições adicionais:**

Não se aplica.

### **Dados sobre Cuidados Éticos e Integridade Científica**

**A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?**

Sim.

**Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?**

Não.

**Liste os financiadores da pesquisa:**

CNPq, por meio da Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ), processo número 309155/2023-1.

**Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?**

Não.

**Descreva o vínculo apontado na questão anterior:**

Não se aplica.

**Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?**

Não.

**Descreva o vínculo apontado na questão anterior:**

Não há vínculos deste tipo.

**Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?**

Não.

**Descreva o vínculo apontado na questão anterior:**

Não há vínculos deste tipo.

**Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?**

Não.

**Que interferências foram detectadas?**

Nenhum efeito inesperado do tipo foi detectado.

**Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo**

Não há conflitos de interesse.

**A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?**

Não.

**Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?**  
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

**Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?**  
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

**A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?**  
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

**O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?**  
Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

**Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:**  
Cuidados em dar corretamente os créditos aos autores citados.

**Declaração de uso de Inteligência Artificial**  
Não foi utilizada Inteligência Artificial em nenhuma etapa.